

-----ACTA

N.º

09-----ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE 21 DEZEMBRO-----Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de 2009, pelas 18.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2009 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2010, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** – Discussão e votação de proposta de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em cumprimento da alínea n) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Conhecer e tomar posição sobre o Relatório n.º 1029/2009 – Controlo do Endividamento Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, António Carlos Nunes Carneiro, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques

Claudino, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Mara Isabel Baptista Eleutério, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Francisco da Cruz Branco da Silva, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Cláudia Sofia Horta Ferreira, João Paulo Moreira dos Reis, Rui José Prudêncio, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, António Joaquim do Espírito Santo, Pedro Jorge da Vasa Santos, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Bernardino Eugénio Jorge e Graça Maria Martinho da Silva.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Vice Presidente da Câmara Carlos Manuel Antunes Bernardes e os Srs. Vereadores, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes.-----

-----O *Presidente da Assembleia Municipal* Sr. Alberto Avelino abriu a sessão expressando em nome da Assembleia Municipal votos de melhores ao Presidente da Câmara, Carlos Miguel.-----

-----Depois e em cumprimento do n.º 3 do art.º 44 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, deu posse ao Presidente de Junta da Freira, Sr. Paulo Jorge Marques Marreneca.-----

-----Seguidamente deu nota que já está a funcionar o cronómetro para a contagem dos tempos de intervenção, e auscultou a Assembleia no sentido de ser aditado à ordem de trabalhos a aprovação da 5.º Revisão ao PPI, o que teve a anuência de todos os presentes -----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 3 documentos que a seguir se indicam: -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO: -----

DOCUMENTO

1:-----Presente e-mail, de Ana Paula Faria, de 16 de Dezembro, a solicitar a substituição nos termos da lei em vigor,

por motivos de saúde.-----Foi convocada e encontrava-se presente Graça Maria Martinho da Silva.-----

DOCUMENTO

2:-----Presente e-mail de Susana Maria Ribeiro das neves, de 17 de Dezembro a solicitar a sua substituição na presente sessão.-----Foi convocado e encontrava-se presente Bernardino Jorge.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, da presente data, a informar que o seu presidente Ana Cristina Moreira, será substituída por Nuno Cosme.-----

JUSTIFICAÇÕES:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Presente e-mail, da Junta de Freguesia da Freiria, de 3 de Dezembro, a informar que o seu presidente, Paulo Marreneca, não pode estar presente na sessão extraordinária de 26 de Novembro por motivos profissionais.-----A

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e aceitou a justificação de falta apresentada.-----

-----De seguida teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – D. MANUEL CLEMENTE:-----

-----Teve a palavra o *Sr. José Augusto de Carvalho*, para dar nota do voto, que se transcreve:-----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em sessão ordinária no dia 21 de Dezembro de 2009, congratula-se com a atribuição do Prémio Pessoa/2009 ao torriense e Bispo do Porto D. Manuel

Clemente.-----O

Prémio Pessoa sendo promovido pelo semanário Expresso, com o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, é uma prestigiada distinção que anualmente visa “ contribuir para o alargamento e o aprofundamento da obra de portugueses que se destacam atenta a necessidade de intervenção da sociedade civil na regulação do futuro do nosso país.”-----

-----Instituído em 1987, o Prémio Pessoa reconheceu personalidades como o historiador José Mattoso, a pianista Maria João Pires, o escritor José Cardoso Pires, o arquitecto Souto Moura, o investigador Sobrinho Simões e o constitucionalista Gomes Canotilho.-----D. Manuel Clemente é a primeira personalidade

da Igreja Católica a quem é atribuído o Prémio Pessoa.-----

----No entendimento do júri do Prémio, com o que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, em absoluto, se identifica, “ D. Manuel Clemente, nos tempos difíceis como os que actualmente vivemos, é uma referência para a sociedade portuguesa no seu todo”. “ A sua intervenção cívica tem-se destacado por uma atitude humanista de defesa do diálogo e da tolerância, do combate à exclusão e da intervenção social da Igreja.”-----D.

Manuel Clemente é um emérito torriense, nascido nesta cidade de Torres Vedras em Julho de 1948.-----

----É licenciado em história e em Teologia e doutor em Teologia Histórica.-----Foi ordenado sacerdote em Junho de 1979, tendo sido coadjutor das paróquias de Torres Vedras e Runa.-----

---Foi professor na Universidade Católica, vice-reitor e reitor do Seminário Maior dos Olivais.-----Antes de ser nomeado Bispo do Porto era Bispo auxiliar de Lisboa.-----Entretanto, no seio da Igreja, exerceu relevantes funções no

domínio da Cultura e da Comunicação Social.-----D. Manuel

Clemente é também autor de numerosos livros e estudos sobre temas de História, Teologia e Pastoral-----D.

Manuel Clemente é uma personalidade que honra a sua terra e o seu país.-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras saúda e felicita D. Manuel Clemente com alegria e amizade.-----

----Torres Vedras, 21 de Dezembro de 2009.”-----A Assembleia Municipal,

subscreveu e aprovou por unanimidade e aclamação o voto em título.-

PROPOSTA: COMISSÃO MUNICIPAL:-----

----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* disse que tinha sido entregue à mesa uma proposta, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que leu e a seguir se transcreve:-----

----“O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras, tomou conhecimento da aprovação na CMTV de uma proposta de novo Regulamento de Taxas e Licenças do Município

Sabendo que oportunamente este regulamento terá de ser discutido e aprovado na AM, o grupo do PSD atenta a complexidade do mesmo, vem por este meio propor que seja desde já

constituída uma Comissão Municipal para que se possa imediatamente e com tempo analisar e estudar o documento .

Torres Vedras, 21 de Dezembro de 2009.-----

O Coordenador do Grupo: Luís Carlos Sousa Lopes.-----Atento ao facto de o Executivo ter recentemente aprovado uma proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município, que lhe pareceu com alguma complexidade e tendo conhecimento irá criar uma comissão para estudar este assunto, de acordo com discutido na reunião da Comissão Permanente o **Sr. Luís Carlos Lopes** informou que a proposta do Partido Social Democrata e apreço vem no sentido de estarem preparados quando o mesmo for submetido ao Órgão Deliberativo para aprovação.-----

O líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho**, confirmou as palavras do colega, dando nota que a proposta lhe pareceu positiva, porém teve conhecimento que a alteração em causa, elaborada em cumprimento da lei geral das taxas, não inova relativamente aos valores, com excepção de um pormenor ou outro.-----

Neste entendimento, a bancada do PS não vê interesse em constituir uma comissão especificamente para apreciar uma proposta que não inova, pois com uma ou outra ressalva é a reprodução da actual regulamento.-----

Referiu que esta é uma 1.ª fase pois teve conhecimento que a Câmara se propõe a efectuar um verdadeiro estudo quanto à pertinência dos valores em vigor, e para esse efeito constituiu uma equipa de técnicos, que em ligação com membros do Executivo, não deixarão de, nos próximos meses fazer o seu trabalho e a constituição da comissão justifica-se, no contexto da 2.ª fase já com a inovação que daí decorrerá, para o qual manifestou a disponibilidade do Grupo Municipal do PS.---

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse que não teve oportunidade de estudar a proposta de alteração em causa, e como tal não via problema em não avançar com a proposta de criação de comissão, ficando a aguardar, e deixar que a Câmara Municipal faça o seu trabalho.-----

-----Nesta sequência o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, informou que a proposta não seria votada, mas tendo em vista a celeridade de procedimentos, caso se mostrasse necessário, a Comissão Permanente deliberaria sobre o assunto.

-----**RECOMENDAÇÃO:**

CONSELHO MUNICIPAL PARA A CULTURA:-----O **Sr. Nozes**

Pires deu conhecimento da recomendação que se transcreve:-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras recomenda à Câmara Municipal que tome a iniciativa e apoie a constituição de um Conselho Municipal para a Cultura, que agrupe todas as associações que se destinem ao desenvolvimento da cultura e que reúna conforme um regulamento autónomo para finalidades exclusivamente culturais de interesse municipal, sem colidir de modo algum com os direitos, deveres e responsabilidades da alçada do Executivo da Câmara Municipal.”-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que o assunto seria tratado oportunamente em reunião da comissão permanente, lembrando que já existiu um Conselho Municipal, que foi anulado pela lei de atribuição e competências das Câmaras Municipais em 1977, pelo que solicita que possa ser feita uma reflexão sobre a matéria, sem prejuízo da sua aceitação.-----**PAYSHOP DA EDP- AV. GENERAL**

HUMBERTO DELGADO – TORRES VEDRAS:-----O *Sr. António Carneiro* interveio no sentido de chamar a atenção da Câmara para os serviços da EDP, uma vez que as pessoas têm que se deslocar a uma loja ali perto para efectuar os pagamentos, que não possui sistema de Multibanco, o que o fez dirigir-se a uma instituição bancária, o que é incompreensível numa cidade no século XXI.-----O *Sr. Diogo Guia* corroborou as palavras do colega, pois já passou por situação idêntica, e ao indagar teve conhecimento que se trata de procedimento da EDP a nível nacional.-----O Vice- Presidente **Sr. Carlos Bernardes** informou que o Sr. Vereador Sérgio Galvão tomou nota para sensibilizar a EDP, no sentido de colocar na “payshop” um Multibanco. -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ÉPÓCA NATALICIA EM TORRES VEDRAS:-----

A *Sra. Cláudia Ferreira*, interveio no sentido de assinalar os esforços do executivo camarário em dar vida e cor à cidade, quer através das iluminações e efeitos natalícios, quer através de medidas de dinamização e promoção do comércio tradicional.-----No que se refere à iluminação realçou a beleza e vivacidade que a mesma confere às nossas ruas, atraindo as pessoas ao centro e animando o ambiente, tornando-o, ainda, mais acolhedor e aprazível.-----

-----Destacou as inúmeras actividades levadas a cabo nesta época, direccionadas para todos os munícipes, dos mais jovens aos mais idosos, direccionadas às famílias e a todos os torreenses e não torreenses que queiram visitar a cidade de Torres Vedras.-----Referiu-se à Pista de Gelo, e às actividades proporcionadas pela Biblioteca Municipal, tais como “ Visitas do pai natal”, Projecção do Filme

“Bob, o construtor – o Natal do Bob”, e a mostra documental, “Um mês, um autor...pai Natal”, disponíveis durante todo o mês de Dezembro.-----Deu nota ainda das exposições “A Praça” e “Guerra Peninsular (1807-1814)”.-----Realçou, a circulação do comboio turístico, o serviço de Babysiting, sito nos paços do Concelho, bem como ter sido aberto antes da época natalícia 320 lugares de estacionamento no futuro Mercado Municipal gratuitos na 1.ª hora, ao que acrescem aos 100 lugares no Parque de Santiago, os 200 lugares no edifício Multi-serviços e por fim os 1200 lugares na Expotorres, para além do restante parqueamento disponível na cidade.-----Terminou a sua intervenção com o slogan” Feliz Natal, com o comércio tradicional!”.-----

----O *Sr. Vice-Presidente* agradeceu as palavras do membro.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TVPAR:-----

---O *Sr. Luís Carlos Lopes* fez um breve historial do assunto para questionar qual a situação da PVPar, quanto aos prejuízos acumulados, se já tiveram início os procedimentos para a implantação da 2.ª fase, sobre o relacionamento com a ParqueInveste em termos de proveitos diferidos e ainda sobre a continuação em funções do sócio que trabalha para a empresa-----O *Sr. Vereador Carlos Bernardes* deu nota que dos lotes disponíveis na 1.ª fase apenas falta vender um, e já se encontram ali a laborar um conjunto de empresas o que é gratificante para a autarquia. A 2.ª fase está em curso, estando de momento o Estudo de Impacto Ambiental a correr todos os tramites de entidades necessárias.-----Mais informou que têm vindo a dialogar com a TVPar e a resolver os problemas que surgiram, sendo certo que a ParqueInvest está a ter uma postura diferente daquela que foi a sua concepção inicial, e o próprio grupo está em transformação, em função do momento em que vivem, mas espera que este assunto tenha um fim feliz.-----

----Quanto ao valores que o membro solicitou informou que não possuiu os elementos para responder.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO

MUNICIPAL:-----O *Sr. Vale Paulos* interveio no sentido de dar nota da abertura do parque de estacionamento em título com 324 lugares, salientando que a 1.ª hora é grátis, a partir da 2.ª hora o custo é de 40 cêntimos, aumentando hora-a-hora, sendo que a partir da 5.ª hora custará €1.-----Deu nota ainda que na primeira semana estacionaram cerca de 1200 veículos e nas duas primeiras semanas aumentou para 2.705 veículos, numa média de 193 veículos/dia, com uma facturação média de 29 cêntimos por

viatura.-----Disse não ter dúvidas que mais este Parque de estacionamento irá beneficiar aquela zona da cidade, particularmente, será uma mais valia para o Comércio Tradicional e a sua abertura, na véspera da quadra natalícia, proporcionou a concentração de mais pessoas.-----Realçou que este novo parque faz parte do polígono de bolsas estacionamento existentes que a Câmara Municipal tem vindo a disponibilizar, tais como: Parque da Câmara Municipal, na Av. 5 de Outubro, Parque de Santiago, junto à Igreja do mesmo nome; Parque no Mercado Provisório; Parque Regional de Exposições.-----

Manifestou a sua convicção que o Comércio Tradicional virá conhecer melhores dias, não só devido a esta infra-estrutura, mas também com a futura requalificação, designada por "Torres ao Centro", envolvendo os espaços desde o Chafariz dos Canos, os acessos ao Castelo e todo o Centro Histórico, com mudanças substanciais a todos os níveis, alterando toda a imagem e a própria vida do Centro Histórico.-----

Aproveitou para salientar a excelente ornamentação de Natal, com 14 artérias, mais dois largos iluminados, em parceria com a ACIRO, numa feliz iniciativa denominada "Feliz Natal.....Com o Comércio Tradicional", além do som ambiente e eventos de animação e outros apoios largamente divulgados.-----

-----Disse estar certo, que a Câmara Municipal continuará a dar o exemplo para a resolução dos problemas de estacionamento e na criação de condições para a maior afluência de pessoas ao Centro Histórico.-----

-----Na qualidade de utente deste espaço, sugeriu que o acesso ao parque deveria ter um maior raio de entrada, entre esse acesso e a Av. Tenente-Coronel João Luís de Moura;-----Por outro lado, anotou que as condições de segurança, iluminação, ventilação e sinalização, parecem-lhe excelentes, porém julga que as paredes formadas por blocos de cimento com juntas de argamassa à vista, mereciam melhor acabamento, porventura, uma pintura de cor adequada.-----Por último, questionou sobre o modelo de Gestão do Parque de Estacionamento, visto tratar-se de uma nova realidade, onde o estacionamento encontrando-se integrado no Mercado. Quem é que irá gerir aquele espaço de estacionamento e o próprio Mercado Municipal?-----Ainda sobre este assunto o **Membro João Bastos** deu nota que a plataforma da praça está mais baixa que a cota da rua, o que não lhe parece certo.-----Lembrou que em 2008 foi discutido neste órgão a construção do Mercado Municipal tendo o PSD defendido que devia ser feita em duas fases, tendo sido avançada a justificação de que causaria muito pó, agora tinha que questionar como é que agora seriam construídos os dois edifícios que estão previstos construir ao

lado.-----Aproveitou ainda para dizer que considera o negócio da construção do pavilhão do Sporting de Torres, desastroso pois a Câmara Municipal vai utilizar o pavilhão por 2 anos no máximo e segundo o protocolo celebrado transferirá €60.000, por trimestre, durante 10 anos o que perfaz €2.400.000.-----Assinalou ainda que o imóvel ao fim de dois anos é do SCT, e a Câmara Municipal alegremente continuará, durante mais 8 anos, a transferir verbas, arriscando uma gestão desastrosa, como aconteceu com o SCUT.-----

-----O *Sr. Vice-Presidente* agradeceu as palavras e as recomendações do membro Vale Paulos, pois tem sido feito um esforço significativo no sentido de dar ao Centro Histórico melhores condições de mobilidade, estacionamento e animação no período natalício.-----Esclareceu que actualmente o estacionamento é gerido pela Promotorres. A gestão do Mercado no futuro ainda não está definido, mas esperam no primeiro trimestre de 2010 trazer à Assembleia uma proposta tendente a dar um passo concreto para o efeito.-----

-----Quanto à intervenção do membro João Bastos, informou que a obra não está concluída e está a ser desenvolvido um projecto para fazer a requalificação de toda a envolvente do Mercado Municipal que irá corrigir as diferenças apontadas.-----Fez notar que se construção tivesse sido executada em duas e fases, talvez ainda a obra não estivesse concluída e que não se pode comparar o “velhinho” mercado com este novo edifício que não tem tantas aberturas para o pó se infiltrar.-----Quanto ao pavilhão do SCT negou que tenha sido um negócio desastroso, pois entende que foi um grande negócio para Torres Vedras, para os torrienses e para o clube. Considerou que não fica bem ao membro João Bastos vir evocar que custou ao erário público por dois anos €100.000 ao mês.

-----Assim, saudou a construção do pavilhão provisório para o mercado, que mais tarde dará um pavilhão ao SCT com dignidade, cujos directores merecem o respeito e consideração de todos, e está convicto que o clube irá continuar a viver com o estímulo de ter um novo equipamento, que servirá a cidade e o concelho de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EN9 ----- **PASSADEIRA** ----- **NO**

TREZE:-----O *Sr. João Pedro Gomes* alertou para a falta de segurança da passadeira em título, e o CDS-PP entende que seria mais proveitoso a colocação de uma passagem pedonal área.-----Segundo o Código da Estrada, fez notar que as passadeiras devem ser antecedidas e precedidas de traço contínuo, o que ali não se verifica, situação que não lhes parece correcta e devia ser revista quanto antes.-----O

Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes esclareceu que esta obra é uma competência da EP, e tudo foi feito no sentido de alcançar a melhor solução técnica, o que não foi fácil. Esta foi a solução encontrada, se calhar não é a ideal mas é uma solução para aquelas pessoas que ali residem e têm que apanhar o autocarro com alguma segurança. Lembrou ainda que os condutores também têm que ser responsáveis e cumprir com a sinalização existente.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PISO NA AV 5 DE OUTUBRO E AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO:-----

O **Sr. João Pedro Gomes** alertou que o piso das artérias em título, não se encontra nas melhores condições pois apresenta muitos buracos e não são um bom cartão de visita para quem vem à cidade, situação que devia vista pelos serviços da autarquia.

-----O **Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes** informou que a autarquia está a desenvolver projectos para a Av. Humberto Delgado e para a Rua Teresa de Jesus Pereira, no sentido de lançar concurso público para melhorar os pisos destas vias. Concordou que a Av. 5 de Outubro tem problemas mas há outras em piores situação que merecem atenção.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ANTIGO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DA EDP – FONTE GRADA:-----

O **Sr. João Pedro Gomes** deu nota que o posto em causa foi desactivado e demolido, indagando o que está previsto para o local.-----

O **Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes** informou que há o compromisso entre a Câmara e a Junta de Freguesia para encontrar uma solução para o espaço, que se enquadre urbanisticamente-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINAÇÃO DE

NATAL:-----

O **Sr. João Pedro Gomes** assinalou que a iluminação de natal parece-lhe razoável, teria sido possível ir mais além, mas é um começo. Em colaboração com a ACIRO, entende que é possível e desejável dar outra dinamização ao comércio tradicional, que ainda é possível recuperar, apesar da concorrência das grandes superfícies.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CMTV E A

DARCOS:-----

O **Sr. Francisco Branco** deu nota do protocolo celebrado com a associação cultural em título, o qual tem como objectivo a dinamização e divulgação na área de música erudita.-----Aproveitou para salientar a excelente política cultural que a Câmara tem levado a cabo nos últimos anos, quer pela multidisciplinaridade quer pela

qualidade da oferta de eventos.-----Destacou o Ensemble Darcos, grupo de música erudita, cujo director artístico é o conceituado compositor torriense Nuno Corte Real, e que tem prestado uma qualidade de eventos no Teatro-Cine.-----

-----Deu nota que esta parceria tem permitido aos torrienses, que possam mostrar as suas competências, e entusiasmar o público que assiste aos espectáculos, e apelou que a comunicação social dê mais ênfase a este tipo de artistas, porque a música clássica precisa de pedagogia e divulgação para a apreciar.-----Por fim declarou que se trata de uma mais valia para Torres Vedras, é um excelente protocolo que merece ter continuidade, o que certamente não está em causa.-----

-----O Sr. Vice-Presidente concordou com as palavras do membro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS DE

INTERVENÇÃO:-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* manifestou algumas dúvidas quanto aos tempos que lhe foram atribuídos para intervir comparativamente com os do representante do CDS-PP.-----O *Presidente da Mesa* esclareceu que o autarca é independente e o Sr. João Pedro Gomes é o representante de um partido político, tendo a comissão do regimento considerado que, pelo facto, deve ter um pouco mais relevância.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA PONTE DO ROL – CUMPRIMENTO DO PROGRAMA

ELEITORAL:-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol o *Sr. Pedro Vasa* atento ao início do mandato, altura em que se começa a planear as actividades do quadriénio, apelou aos vereadores, que respeitem a vontade do povo, ou seja, entende que os programas que vencem as eleições devem ser respeitados.-----

Lamentou que a Câmara Municipal não queira apoiar a construção da Sede da Junta no local escolhido por quem venceu por tão larga maioria as eleições de Outubro de 2009, o que considera que não é democrático.-----O *Sr.*

Vice-Presidente fez ao notar que, se o autarca ganhou as eleições para a Junta, outros ganharam para a Câmara, e vão continuar a colaborar dentro do espírito que sempre têm assumido.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

QUESTÕES AMBIENTAIS - PROGRAMA ELEITORAL DO PS:-----

-----O *Sr. Diogo Guia* começou por agradecer o programa político do Partido Socialista que o edil lhe enviou em resposta à sua questão, feita na sessão anterior, sobre a sustentabilidade e desenvolvimento ambiental do concelho.

-----Disse que foi importante tê-lo feito, mas não é no programa do Partido Socialista que vão procurar soluções para os problemas do concelho.-----

-----Lembrou novamente a importância do Rio Sizandro, que considera ter um valor simbólico, e questionou qual o ponto de situação do contrato de concessão que o Município tem com a Águas do Oeste, se está a resultar ou não, qual o grau de satisfação e quais são as entropias que estão a sentir.-----Nos mesmos termos questionou qual o ponto de situação da Resioeste, e tendo conhecimento que o processo de desassouramento do Rio Sizandro foi interrompido por acção governamental, indagou qual a percentagem do rio que está regularizada, quais são os efeitos das consequências que se esperam das acções que têm sido levadas a cabo no último ano, e sobretudo o que está projectado.-----

-----O *Sr. Vice- Presidente Carlos Bernardes*, disse que veio preparado para esta questão e trouxe para o membro o programa e o plano de acção da Agenda Local XXI.-----

-----Salientou que este plano foi muito participado, com um conjunto de acções muito significativas e onde consta um projecto específico para o Rio Sizandro. Deu nota que a nível da bacia hidrográfica, o saneamento doméstico está despoluído, faltando limar a componente de uma descarga que vinha via Freguesia de Ventosa, que está em curso.-----

-----Deu nota ainda que estão a finalizar com a Águas do Oeste, para além do tratamento do saneamento doméstico, introduzir a componente do tratamento das Agro-Indústrias e Agro-Pecuárias, tratando-se de um projecto que envolve a TrigoOeste, a Águas do Oeste e o Ministério do Ambiente, aproveitando os fundos do QREN que irão ter até 2013, para resolver esta vertente do saneamento não doméstico. Neste nível o Rio Sizandro, tem uma densidade muito inferior ao Rio Alcabrichel.-----

-----Assinalou que a relação com as Águas do Oeste é institucional, sendo que esta sociedade é responsável pela gestão em alta, e o SMAS a gestão do sistema em baixa, quer de água quer de saneamento.-----

-----Por fim referiu que os investimentos estão no terreno, e espera que a médio curto prazo, estes problemas estejam resolvidos para que tenham estes rios completamente despoluídos.-----

EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS:-----

-----Tendo presente a importância conhecida, dos espaços florestais no concelho de Torres Vedras o

Sr. José Augusto de Carvalho deu nota que a autarquia apresentou uma candidatura para constituição de uma equipa de sapadores florestais, tendo celebrado um protocolo com a entidade florestal

nacional.-----Deu nota ainda que são funções desses sapadores, prevenção de incêndios, roça de mato, limpeza de povoações, vigilância das áreas a que estão adstritos, apoio no combate a incêndios, e também no rescaldo e a sensibilização das populações relativamente ao uso do fogo e à limpeza da floresta, ou seja à prevenção dos incêndios.-----Assim,

em nome do Grupo Municipal do PS louvou a iniciativa da Câmara mas apelou que sensibilize os mais directamente interessados, os produtores florestais e os agricultores em geral, para no mínimo fazerem outro tanto como que fez a autarquia, que abre o caminho, desbrava o trilho mas a sociedade civil, através de organizações da área económica respectiva, tem que se lhe seguir.-----**O**

Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes, explicou que em 2008 e 2009 a autarquia fez cerca de 500 notificações aos produtores florestais, das quais cerca de 95% foram cumpridas, o que considera bom porque traduz uma proactividade com o sector, o qual também está sempre ao lado dos serviços camarários e estão representados na Comissão da Defesa da Floresta.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, informou que recebeu na mesa a moção que passaria a ler, mas se a mesma carecesse de discussão não seria votada uma vez que já tinha sido esgotado o tempo atribuído ao período antes da ordem do dia.-----

MOÇÃO:-----

-----“De acordo com as notícias veiculadas na Comunicação Social nacional, nomeadamente na Edição Online de 4 de Dezembro do Correio da Manhã, o Tribunal de Contas (TC) realizou uma Auditoria a um número não identificado de Municípios, de entre os quais o de Torres Vedras com o objectivo de aferir da legalidade dos apoios financeiros por estes concedidos nos anos 2005 a 2007.-----No

âmbito da Auditoria realizada, e segundo a mesma notícia, o TC concluiu que os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras (“CMTV”) à Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (“ABVT”), nos referidos anos, se encontram feridos de ilegalidade, sendo “susceptíveis de eventual responsabilidade sancionatória e reintegratória.”-----

Perante esta situação, entende a Assembleia Municipal sublinhar que os apoios em apreço se têm revelado indispensáveis para a boa prossecução da actividade por parte da ABVT, em função, aliás, das insuficientes dotações por parte da Administração Central (esta e as anteriores).-----

Nestes termos, entende a Assembleia Municipal manifestar de forma inequívoca, por um lado, a sua perplexidade por apoios concedidos à ABVT, Associação que tem prestado um serviço benemérito e indispensável à população torriense, poderem ser considerados ilegais, e, por outro lado, a solidariedade à Câmara Municipal, nomeadamente aos seus Presidentes à data dos factos, respectivamente Dr. Jacinto Leandro e Dr. Carlos Miguel.-----Em face do exposto, e caso o TC venha, em definitivo, considerar a concessão de apoios à ABVT ilegal, a Assembleia Municipal de Torres Vedras vem propor aos Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos representados na Assembleia da República a alteração do quadro normativo vigente, por forma a permitir ao Município de Torres Vedras continuar a conceder, dentro dos limites da lei, os apoios indispensáveis à ABVT, que dos mesmos carece para prosseguir uma actividade que este órgão autárquico reputa de importância primordial para esta comunidade.-----Dá ainda esta Assembleia Municipal conhecimento da presente Moção à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----Marco Henriques Claudino”.

-----O Membro **José Augusto de Carvalho**, argumentou que a moção não é tão óbvia e tão consensual como possa parecer, e não havendo tempo para a sua discussão, o que impede a sua bancada de justificar o seu sentido de voto, apelou que a mesma não seja considerada para votação.

-----O **proponente** da moção fez notar que o conteúdo da mesma é suficientemente claro. Crê que o PS tem ainda tempo e está ao dispor para desfazer quaisquer dúvidas e se proceder à votação.

-----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires** apresentou também algumas reservas, pois ignora as razões que levaram o Tribunal de Contas a tomar esta atitude, e não faz sentido o que se reivindica aos partidos políticos com assento na Assembleia da República.

-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes**, disse não ter percebido as dúvidas do colega José Augusto de Carvalho.-----Alertou que vão votar o orçamento para 2010, onde consta o apoio aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras igual à dos últimos anos, com a qual concordam, mas não querem que nem o Presidente da Câmara nem ninguém tenha que responder pelo mesmo.-----Quanto à reivindicação da moção, fez notar, serve para pressionar o governo, o que sempre fizeram.

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** lembrou que a Assembleia Municipal tem momento próprio

para tomar conhecimento sobre auditorias tutelares, e não pode tomar decisões com base em notícias dos jornais.-----

Por ser o entendimento da mesa, o seu Presidente *Sr. Alberto Avelino*, informou que a discussão da moção seria suspensa e posteriormente objecto de análise da Comissão Permanente.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ADITAMENTO:-----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 5.º REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GOP (PPI E

AMR):-----

-----Presente ofício número 20455, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 11 de Dezembro, a remeter o documento em título para agendamento, dado a urgência do assunto, que foi aprovado pelo Presidente da Câmara em 11.12.09 e será sujeito a ratificação do Executivo nos termos do n.º 3 do art.º 68.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----O Sr. Vice – Presidente deu a palavra ao *Sr. Vereador Sérgio Galvão* tendo o mesmo informado que se trata de uma revisão muito simples que resultou de um lapso dos serviços, na classificação do procedimento de aquisição de material de transporte, e posterior previsão para os anos seguintes.-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 5.º revisão às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR), em cumprimento da alínea b) do n.º2 do art.º 53,º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA N) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO:-----

Presente ofício número 20326, da Câmara Municipal, de 10 de Dezembro, a remeter o assunto em título, para agendamento.-----

-----De novo no uso da palavra o *Sr. Vereador Sérgio Galvão*, esclareceu que se trata apenas de criar o Núcleo de Recrutamento e Selecção, para fazer face à exigência da lei, que obriga à avaliação psicológica de todos os candidatos a concurso, e deste modo será mais benéfico para a autarquia a nível de recursos

financeiros.-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade a proposta de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em cumprimento da alínea n) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

-----Nesta altura o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino interrompeu os trabalhos da sessão para uma pausa para jantar, tendo os mesmos sido retomados pelas 21h 50m.-----

PONTO 1- TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2009 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, PROMOÇÕES DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente Ofício número 20325, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10 de Dezembro, a enviar os documentos em título.-----

-----O *Sr. Vereador Sérgio Galvão* tomou a palavra para fazer uma breve apresentação do assunto começando pelos documentos da Câmara Municipal, nos quais salientou um aumento do activo em cerca de €6.000.000 que se deve principalmente à obra do Mercado Municipal e às escolas.-----Em termos de dívida de curto prazo a fornecedores deu nota que houve um aumento de aproximadamente €3.000.000, que não considera significativo face ao volume de obras que tiveram.-----

-----Destacou que as despesa com pessoal continuam estáveis.-----Quanto às reservas do ROC no que se refere ao registo de inventário permanente, explicou que continuam a não ter o processo concluído, vão reformular a candidatura que foi aceite e espera brevemente resolver o problema.-----Relativamente à conciliação dos valores do imobilizado da autarquia esclareceu que ainda não conseguiram internamente resolver o problema, mas pensa que em 2010 a situação estará regularizada.-----

-----Quanto à reserva sobre a dívida à ADSE, esclareceu que o que está em causa são as prestações sociais.-----

-----Em relação à Promotorres, fez notar que a empresa foi criada em 2003 e apresentou resultados negativos até 2008, essencialmente por causa do Carnaval. A Câmara oportunamente duplicou o

valor da transferência e em 2008 já registou lucro.-----Deu nota que já foi efectuada a reposição de capital social recomendado pelo ROC e espera que os rácios sejam diferentes até ao final de 2010.-----De seguida deu a palavra ao Administrador dos SMAS, **Sr. Sérgio Simões**, que começou por referir que os resultados do 1.º semestre, embora negativos, são melhores do que os do ano anterior.-----Assinalou que este resultado reflecte também o facto de já englobar toda a facturação mensal, enquanto que o 1.º semestre de 2008 se refere apenas aos 2 últimos meses de facturação.-----Salientou o resultado favorável das despesas correntes comparadas com o executado em 2008.-----Salientou ainda que as despesas de capital excedem as receitas de capital em cerca de €600.000, o que significa que parte do investimento foi parcialmente coberto pelas receitas correntes e pelo saldo de tesouraria.-----

Explicou também que o facto de a taxa de execução ser aparentemente baixa se deve ao facto de as obras serem lançadas depois da aprovação das contas em Abril e a sua execução só se reflecte no 2.º semestre.-----

-Teve de seguida a palavra o **Sr. Hugo Lucas** que, quanto à Promotorres começou por referir a importância do Carnaval e dos Novos Talentos.-----Quando aos SMAS, salientou o facto de a receita corrente superar o total das despesas correntes, e o resultado líquido apesar de negativo teve uma subida de 94%.-----No que se refere à Câmara Municipal manifestou o seu agrado pela utilização que o município tem feito da sua possibilidade de endividamento, quer de curto, quer de médio a longo prazo, que se situa na ordem dos 40%.-----Mencionou também o nível da execução orçamental, a percentagem de 40% de receita e 40% de despesa.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** iniciou a sua intervenção desejando rápidas melhoras ao Presidente da Câmara.-----

-----Reportou-se aos relatórios da Promotorres, para dizer que não consegue ser tão optimista quanto o Sr. Vereador Sérgio Galvão.-----Depois de os analisar, foi rever o estatutos desta empresa municipal, pelo que questionou onde é que consta o parecer do Conselho Geral sobre este instrumento previsional e se o Conselho está ou não constituído.-----

Realçou que a empresa apresenta uma evolução diferente da do ano transacto pois o volume de negócios decresceu em cerca de

€61.000.-----Disse que continuam a ter uma autonomia financeira negativa na ordem dos 10% e a cobertura do imobilizado ainda mais negativa, situação que o vereador deu nota de já estar corrigida.-----Disse também que se verifica que não existe investimento pese embora que se tenham adquirido os tais stands que serão contabilizados no 2.º semestre.-----No que diz respeito aos custos com pessoal assinalou que se verifica aumento na ordem dos 28%, sendo que no ano anterior foi de 18%. Trata-se de um aumento constante que não lhe parece coerente com o facto de se continuar com uma média de 19 trabalhadores ao serviço.-----Fez notar que os gastos gerais da empresa, que no ano anterior tinham diminuído cerca de €24.000, aumentaram €161.000 o que considera preocupante.-----Alertou que os relatórios embora bem elaborados do ponto de vista de informação que contém são uma cópia de uns anos para os outros e por isso surgem pequenos lapsos, dando como exemplo as referencias ao estudo que ia ser iniciado no 1.º semestre de 2008 para a realocização de algumas actividades para que não houvesse conflito com a instalação do terminal rodoviário e que deixou de ser referenciado neste 1.º semestre de 2009, pelo que se interroga se desistiram do mesmo.-----Manifestou também a sua preocupação quanto ao facto de o relatório não sinalizar as perspectivas futuras da empresa, assim como por verificar que continua com resultado desequilibrado, não obstante a ampliação do objecto da empresa e do reforço do capital imobilizado.-----

-----Considera que ao aumentar o objecto descaracterizaram a Promotorres, que não tem actualmente identidade e deviam discutir esta questão com alguma acuidade.-----Disse não perceber qual é a pertinência de alguns eventos serem organizados e promovidos pela Promotorres e outros serem pela Câmara e deu nota da incoerência da distinção entre o que a Câmara faz e aquilo que a Promotorres faz, sendo que aparentemente a empresa não constitui nenhuma mais valia para o município.-----O **Sr. Nozes Pires** interveio para dizer que são estas intervenções que fazem grandes sessões de Assembleias. Foi bem estruturada, racional e sem cegueira sectária pelo que a subscrevia.-----Questionou o porquê da existência da Promotorres.-----Relativamente ao relatório da Câmara Municipal o **Sr. Luís Carlos Lopes** indagou a razão de não terem sido contabilizados em 2008, €118.000 que foram detectados pelo ROC, o que só aconteceu em 2009.-----O **Sr. João Pedro Gomes** subscreveu a manifestou a sua concordância com a intervenção da colega Rita Sammer. Questionou a insistência na Promotorres, empresa que também lhe parece descaracterizada.-----

-----No que se refere aos documentos dos SMAS e na sequência do colega Hugo Lucas o **Sr. Jorge Ferreira** acrescentou o equilíbrio que nestes últimos anos se tem vindo a verificar quer entre as receitas e despesa de capital, quer no que toca às despesas e receitas correntes.-----Referiu as políticas sociais que tem sido notórias por parte dos SMAS e que já valeram uma distinção no ano transacto.-----Saliu em destaque que o município decidiu seguir uma recomendação do ERSAR (entidade reguladora do sector) e colocar todas as medidas sociais que já dispunha, debaixo de uma tarifa social, favorecendo assim ainda mais os cidadãos em situação de carência, sendo o único município do Oeste a seguir esta recomendação.-----Por fim saudou os SMAS não só pela excelente capacidade de gestão demonstrada mas também pela preocupação social que tem vindo a ser amplamente reconhecida.-----Concluindo as intervenções teve a palavra o **Sr. Vereador Sérgio Galvão** para alguns esclarecimentos, assim:-----No que se refere à razão da existência da Promotorres, deu nota que foi criada com o objectivo de realizar grandes eventos de promoção de Torres Vedras, designadamente o Carnaval, para o qual não dependesse da carga burocrática da Câmara.-----Esse objecto foi alcançado e posteriormente foram criados outros serviços no intuito de dar alguma sustentabilidade à empresa.-----Lembrou que apesar de grandes esforços no sentido de reduzir os custos, a falta de receita que provinha do estacionamento da antiga praça, tem alguma influência, uma vez que se traduzia em €10.000/mês.-----Esclareceu que a média de trabalhadores está correcta, continua a ser de 19 trabalhadores, e nestes custos também se reflectem as horas extraordinárias, pois cada vez mais têm recorrido aos serviços internos da autarquia, nomeadamente em termos de vigilância.-----Esclareceu ainda que o Concelho Geral não existe, e necessitam de brevemente rever os estatutos. A Promotorres tem feito um trabalho meritório, está na altura de assentar ideias, pelo que este assunto deverá vir à Assembleia Municipal nos próximos meses. Pensa que a empresa é necessária e deve continuar a funcionar.-----Por último, e quanto à questão do membro Luís Carlos Lopes, esclareceu que se trata de uma receita do Pólis que foi recepcionada no final do ano, tendo sido só contabilizada no ano seguinte.-----Tomou a palavra novamente a **Sra. Rita Sammer** para observar que quando os estatutos da Promotorres forem revistos devia ficar bem esclarecida a questão do pagamento dos funcionários da Câmara Municipal

que colaboram com a empresa na organização dos eventos.-----

----O **Sr. Vereador** explicou que desde 2004 que a Promotorres paga aos trabalhadores da autarquia as horas extraordinárias que os mesmos fazem para a empresa municipal.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;

----Presente ofício número 20326, da Câmara Municipal, de 10 de Dezembro, a remeter o assunto em título, para agendamento.-----

----Teve a palavra o Vice-Presidente **Sr. Carlos Bernardes**, para dizer que os documentos em discussão estão elaborados dentro do rigor que os caracterizam nos últimos anos, com especial enfoque na área da educação, e com investimentos significativos ao longo de 2010 assim como nos próximos anos na construção de centros educativos.-----

-----Para continuar a apresentação deu a palavra ao Sr. Vereador **Sérgio Galvão**, que referiu o um pequeno decréscimo de 0,03% no orçamento, com as despesas de capital a diminuir 2,95% e as despesas correntes a aumentar 1,46%.-----Disse que se trata de orçamento de valor elevado, alertando que muito se deve às transferências de Estado referentes ao QREN, em cerca de €4.000.000, Pólis, Prohabita e ainda dos empréstimos dos SMAS.-----

Deu nota que as despesas com pessoal têm um aumento de 4,3%, que não considera significativo e continuam a ter receitas correntes a financiar as despesas de capital.-----Registou o acréscimo de 12,3% nas transferências de verbas para as juntas de freguesia, dando nota que este valor é sempre superior ao previsto no orçamento, sendo que neste momento já transferiram 39% acima do valor calculado para 2009.-----

----Relativamente ao Quadro de Pessoal que estão também a aprovar, informou que é proposta a abertura de 29 lugares, a distribuir por 13 técnicos superiores, 10 assistentes operacionais, 5 assistentes técnicos e 1 encarregado operacional.-----

----Quanto ao PPI, explicou que há uma redução de 10%, nomeadamente da funções económicas relacionadas com mercado municipal que está praticamente concluído, mas apresenta um acréscimo nas escolas e no ordenamento do território com o Pólis.-----

-----A **Sra. Graça Silva** começou por manifestar o seu agrado com a subida significativa a nível da educação, permitindo assim dar continuidade à renovação do parque escolar do concelho.-----Congratulou também a opção de

desenvolvimento da cidade com o ordenamento do território devido também em parte ao programa Pólis, permitindo assim melhorar a actividade e competitividade de toda a zona ribeirinha da cidade, desde o antigo matadouro, o Choupal, assim como a zona envolvente à ponte de São Miguel.-----Felicitou a opção estratégica no que se refere ao aumento de investimento na área social, destacando o programa da recuperação de casas degradadas, que permite fazer cumprir, mais uma vez os princípios de actuação de uma boa gestão em prol da comunidade mais carenciada.-----Relativamente ao turismo, verificou que existe um conjunto de acções transversais a todo o orçamento, que contribuem em muito para a promoção do comércio e turismo no concelho, destacando como exemplo, o Carnaval, Ocean Spirit, Feira Rural e as Comemorações das Linhas de Torres, particularmente importantes para a notoriedade de Torres Vedras e do próprio país.-----Referenciou a grandiosa e graciosa obra do mercado que está prestes a servir a população.-----No tocante às funções económicas em geral, entende que estas não deixarão de assegurar a realização de acções dirigidas no sentido de contribuir para o desenvolvimento económico do tecido empresarial, factor cada vez mais importante para o desenvolvimento de qualquer concelho.-----Por último manifestou a sua satisfação por verificar que, face ao panorama económico nacional houve a opção estratégica e muito inteligente em garantir a subida da educação, da segurança e acção social.-----

Interveio de seguida o **Sr. Luís Carlos Lopes** começando por alertar que os documentos em apreço não apresentam o mesmo rigor e o mesmo nível de envolvimento que a Prestação de Contas tiveram no ponto anterior, nas quais consta uma descrição e um relatório.-----Disse que o Plano de Actividades devia ser acompanhado de fundamentação política para as opções tomadas, assim como permitir comparar o que foi comprometido e o que vai sendo executado ano após ano.-----Fez notar nos dois documentos que são os ROC que mais os fundamentaram. Alertou para a reserva dos revisores sobre o facto de, tal como nos últimos anos, o orçamento da receita incluir o montante de cerca de €4.000.000 correspondente à venda de bens de investimento, que nunca é concretizado, o que dá para ver que as despesas são hiper valorizadas, e que depois na prática é diferente.-----

----Argumentou que se vê nitidamente que se trata de um ano não eleitoral, desde logo porque as Grandes Opções do Plano registam menos de 9,5% de obras previstas. Estão num ano de desaceleramento da actividade da Câmara, que como sempre tenta protelar tudo para os anos eleitorais, para conseguir que os munícipes esqueçam o que se faz ano após ano.-----Referindo-se ao PPI, fez notar que há rubricas que fecham, e outras que

foram reduzidas para €1 ou €5, o que no seu entender não faz sentido uma vez que não há limite para as revisões orçamentais, como havia anteriormente e pode-se abrir rubricas sempre que necessário.-----Defendeu que mais valia serem rigorosos, e o PPI devia indicar cronologicamente o que vai ser feito, e descrever as obras uma a uma.-----Em relação aos investimentos, verificou que há verbas do QREN que não vão chegar, e os empréstimos registam este ano €3.000.000, quando em 2009 registaram €6.000.000. Disse não ter medo do endividamento, se for bom endividamento.-----No seu entender devia ser um desígnio terminar as escolas, o que podia ser executado em massa, utilizando o endividamento.-----

Constatou que o capital diminuiu, tendo as despesas correntes aumentado. No sector de educação há cerca de €200.000 através de protocolos de delegação de competências, há o projecto de apoio à habitação, que deve ter as suas verbas aumentadas, mas não percebe o aumento de 20% nas Festas da Cidade e no Ocean Spirit, neste período difícil.

-----Também não viu verbas consignadas nos Assuntos Sociais, mesmo sabendo que será um ano em que o desemprego vai aumentar com o conseqüente aumento de problemas sociais. São funções que não dependem apenas da administração local, mas sabem que quer a Câmara quer as Juntas de Freguesias têm um papel a desempenhar.

-----Referiu ainda que há um aumento nas verbas das transferências para as juntas de freguesias que não é significativo percentualmente em relação a um orçamento de 77 Milhões.-----Disse que em relação ao ano de 2009 a Câmara prevê um aumento de 4,7% no IMI, de 4,2% no IMT e de 34% na derrama, e sendo os torrienses que mais contribuem para este orçamento, eles precisam de um plano e de saber qual é o desígnio para 4 anos.-----

-----Manifestou o seu apoio ao subsidio que a autarquia continua a dar aos Bombeiros, que não sabe bem se é ilegal ou não, e nada tem a opor a alguns apoios dados nestas funções sociais.-----Por último referenciou o atraso na implementação do plano rodoviário e de mobilidade na cidade e manifestou algumas dúvidas quanto às verbas do Pólis, as quais derivam de PIDAC, e não há garantias que sejam as que estão orçamentadas, uma vez que é variável quando estiver em discussão o orçamento de Estado.-----

-----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires** começou por manifestar a sua satisfação por ter pela 1.ª vez ouvido qual é prioridade do PPI e Orçamento após o que apresentou a seguinte declaração sobre o assunto: -----

-----“1. É de toda a evidência que estes documentos se inscrevem nos resultados de um passado recente e hão-de apontar para um futuro a curto prazo. Ou seja: trata-se de saber se um determinado programa foi

cumprido, se existem obras relevantes em processo de execução, e quais as prioridades definidas para o futuro.-----2. À guisa de introdução importa afirmar com clareza os nossos pontos de vista sobre a situação do Concelho, o que melhorou, o que se encontra menos bem, o que não está mas devia estar.-----3. O Partido político maioritário recebeu toda a legitimidade para governar. Possui um programa que fez sufragar, é responsável pelo seu cumprimento e é somente por ele que deve responder, tanto maior quanto o mérito de haver conquistado a maioria absoluta.-----4. Os nossos pontos de vista estão, obviamente e legitimamente, comprometidos com o nosso programa eleitoral, pois que foi e é aquele que julgámos preferível, ainda que a maioria dos eleitores não haja pensado assim, muito embora os analistas das coisas eleitorais suspeitem que o que mais pesa nas eleições municipais são as pessoas que encarnam os programas e nem tanto os programas.-----5. O Concelho de Torres Vedras tem vindo a mudar positiva e significativamente nos últimos anos, acelerando um crescimento que durante décadas se processou com alguma inércia rotineira em algumas áreas, exceptuando o grau de implementação das redes de água e saneamento. Não vamos agora identificar os factores que mais contribuíram para as transformações que não queremos e não devemos negar, porque um juízo crítico só é justo se não for sectário nem cego.-----6. É um facto que a rede de oferta em jardins de infância e escolas do 1.º ciclo alargou-se substancialmente. Este plano e respectivo orçamento continua a demonstrar este facto. Contudo, também é um facto que se o aumento é significativo é-o em comparação com o pouco que existia, isto é, não estamos ainda perto das metas que alguns municípios já alcançaram. De resto, esta é uma área cujas metas mudam em conformidade com o aumento da população, com as taxas de natalidade, com a cultura e as necessidades das famílias. O que nós almejamos é, afinal, aquilo que as populações almejam e não vamos duvidar que não seja também esse o desígnio do actual Executivo, a saber: «Substituir a utilização de contentores e outros espaços provisórios, reequacionando a reabertura de algumas escolas inutilmente desactivadas, cumprir o programa de construção e requalificação do parque escolar contido na Carta Educativa para o Concelho; construir jardins de infância que garantam a possibilidade de frequência do pré-escolar à totalidade das crianças do concelho; dotar os jardins de infância e as escolas de auxiliares de acção educativa em número suficiente relativamente ao número de alunos.-----7. Na área da cultura a mudança também se verificou: O Cine-teatro mostra outras ambições, bons projectos, realizações com mais frequência, coerência e sempre com qualidade. Contudo, parece-nos que há uma diminuição da frequência de espectáculos teatrais e faltam também festivais ou jornadas de eventos mais claramente temáticos, isto é, dedicados a um tema, porque nos pareciam mais pedagógicos. As galerias municipais julgamos que conservam o mesmo ritmo de ofertas, com um investimento

positivo nas produções de artistas locais. Contudo, continuamos a desconhecer os seus projectos a médio e longo prazo, os objectivos, os critérios e a aposta na formação de gostos diversificados, ou seja, na formação de públicos. As realizações culturais nas Festas da Cidade alcançaram em certos casos um elevado nível cultural; contudo, pensamos que o mostruário das tradições locais e das criações populares deveria abrilhantar mais as Festas que não são afinal somente da nossa cidade mas do município e, quiçá, da região. Aliás, neste domínio do que há a fazer pelas e nas freguesias em termos de desenvolvimento cultural, não é notável o esforço, trata-se mesmo de uma prioridade que nos parece ausente de todo nesta proposta de Plano e respectivo orçamento. Apoiamos a Plataforma para as comemorações condignas do bicentenário das Linhas de Torres e do que envolve a memória das Invasões Francesas; apenas mantemos algumas reservas no projecto para o Centro de Interpretação, incluindo o próprio local escolhido. Estas comemorações constituem um momento de particular relevo no próximo ano e deveriam envolver ao máximo os municípios da Região do Oeste, em parcerias e articulações em rede.-----8. Somos particularmente sensíveis a uma verdadeira política de igualdade para a cultura, cremos que merecia uma especial atenção a inclusão de cidadãos em situações de vulnerabilidade social, como sejam os deficientes, os imigrantes, os mais pobres dos nossos concidadãos.-----9. Quanto ao Ambiente reconhecemos que existe de facto uma política concertada para a educação de novos comportamentos cívicos, o Plano e Orçamento mostram essa continuidade. Julgamos, apesar disso, que há que resolver rapidamente o problema da eliminação dos depósitos de sucata a céu aberto, sem regras e sem respeito pelo Ambiente, e incluímos também uma melhor regularização do funcionamento das suiniculturas e outras empresas congéneres, a comunicação social local tem referido situações que devem ser resolvidas. A rede de saneamento tem vindo a cumprir-se, este Plano que o Executivo propõe, assim com os planos do SMAS, demonstram-no. Todavia, a construção de mais e novas ETAR's não se mostra à altura desse desafio.-----10. Existem no nosso Concelho, finalmente, áreas para percursos pedonais. É literalmente um passo em frente. Contudo, neste Plano parece haver um certo recuo na abertura de novas áreas pedonais nos locais apropriados e, de resto, já previstos pelo Executivo.-----11. Na medida em que neste Plano não vislumbramos projectos megalómanos que ponham em perigo a fruição pública da Praia Azul não vamos insistir na nossa posição frontalmente contra, mas permitimo-nos insistir na relevância do facto de que quaisquer planos de ordenamento da orla costeira, cujos investimentos têm que ser necessariamente muito avultados e em co-responsabilidade com o Governo Central, quaisquer planos, dizíamos, devem ser articulados com os planos de ordenamento do nosso território; e é tal a sua relevância que merecem uma ampla discussão pública, de modo a que os interesses privados não se sobreponham aos interesses de todos, e de modo a que as freguesias do interior não permaneçam algo à margem dos caminhos do desenvolvimento geral e

equilibrado. De resto, é provável que a tendência nas escolhas do interior para primeira ou segunda habitação, que é o que se passa no resto da Europa, se venha a acentuar neste concelho e é preciso, portanto, dotarmo-nos de uma estratégia que satisfaça e até aumente essa procura.-----

-----12. No Trânsito e Mobilidade se devemos destacar as mudanças positivas, como é o caso flagrante da EN9, a construção ou os projectos de construção de novas estradas e variantes, porém devemos constatar que a EN9 é muito mais comprida do que o pedaço que foi melhorado, tanto para o litoral como para o interior, e aí há muito para exigir ao Governo Central . No que respeita ao trânsito no interior da cidade, julgamos que este Plano não responde satisfatória ou rapidamente ao grave e crescentemente grave problema que ele constitui. Até nos surpreende a passividade da população perante a anarquia dos estacionamento e a poluição automóvel. Esta média cidade nas horas de ponta até parece a cidade de Lisboa! Novos parques de estacionamento, subterrâneos que sejam, a modernização da Linha Ferroviária do Oeste, e outras medidas drásticas relativas ao estacionamento, poderiam ajudar a aliviar uma situação que ameaça tornar-se incontável. Juntaríamos a essas medidas a deslocalização do Centro Coordenador de Transportes, projecto que não nos parece devidamente acautelado neste Plano e Orçamento.-----13. No Plano de Desenvolvimento da Economia Local não vislumbramos grossas medidas neste Plano e Orçamento. Precisamos de incentivar o investimento económico ambiental, turístico e produtivo, e até cultural; precisa-se de um mercado de produtos biológicos, como sucede em muitas políticas regionais europeias; o cooperativismo agrícola e as adegas cooperativas necessitam de incentivos, formação, apoios, a não ser que o nosso município haja desistido já de um destino agrícola. Porém, quem pense que o nosso destino é exclusiva ou primacialmente turístico, saberá já com certeza que hoje uma florescente agricultura, bom mercados, boa gastronomia, boas paisagens, apresentam-se como um óptimo investimento turístico.-----14. Para finalizarmos, resumimos em duas ou três questões o que nos parece menos bem nas áreas do Desporto: ainda não é desta que veremos as pistas de atletismo, o complexo desportivo de Arenas, as piscinas municipais e apoios a novas modalidades desportivas que não sejam, quase somente relvados sintéticos para o futebol, e nunca foi nosso intento desprezar o incremento que os relvados em certos casos trouxeram às práticas desportivas... Na área da Saúde há todo um caminho longo a percorrer para a criação de uma rede efectiva de cuidados primários para todo o concelho. Embora reconheçamos que muito depende do Governo Central. Ora, deste periclitante Governo actual, não há muito a esperar.-----Torres Vedras, 21 de Dezembro de 2010”-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, aludindo à apresentação do Sr. Vereador no que respeita ao aumento de 12% nas transferências para as juntas, disse que o mesmo era

ilusório.-----

Assinalou que depois da reunião com a autarquia que teve sobre o assunto, e feitas as contas irá disponibilizar menos de 30% de verbas.-----O **Sr. João Pedro Gomes**, em nome do CDS-PP registou com agrado a prioridade com a educação, e ficam a aguardar para ver se a mesma irá ser cumprida e se são resolvidos muitos dos problemas que afligem o sector, dando como exemplo o facto de as crianças deixarem de ter aulas em contentores o quanto antes.-----Verificou que o orçamento não prevê incentivos para a agricultura, considerando importante a Câmara pensar nisso, uma vez que é um sector que está em crise.-----Constatou que mais uma vez o investimento no turismo é diminuto quando comparado com outro tipo de investimento. Referenciou os relvados, onde há uma desproporção grande e se calhar a grande valia no futuro do país e do concelho será o turismo, que tão mal cuidado tem sido.-----Em relação à taxa de Execução do Orçamento, assinalou que em anos anteriores tem sido na ordem do 75%, esperam mais e vão estar atentos.-----

Quanto às transferências de verbas para associações e instituições, indicou que terão o escrutínio do CDS-PP, bem como os critérios que a elas presidem.-----Registou também o aumento continuado das despesas correntes, assim como de pessoal, cuja justificação das aposentações aceitam, porque os serviços não podem deixar de funcionar, mas tem de ser possível, na conjuntura política que vivem e a grave crise económica, fazer mais com menos recursos. Se não for necessário, terá a oposição desta força partidária.-----A **Sra. Rita Sammer** reportou-se à referencia feita ao grande investimento feito na educação, para anotar que o orçamento prevê €9.000.000 na educação e €15.000.000 no desporto, o que denota uma contradição no discurso.-----Disse perceber porque é esta verba aparece no desporto, dado que a estratégia financeira encontrada para dotar as várias associações de relvados sintéticos passou por apoios às mesmas, que têm que estar consignados em PPI. Lamentou que esta preocupação, que é obrigatória no caso do desporto, não seja feita em todas as áreas, até porque sabem muito bem o que é preciso fazer na educação mas não consta neste documento.-----

-----Anotou ainda o facto de o Presidente ter enviado o programa eleitoral do Partido Socialista, mas não será com a verba de €346.000 que consta em orçamento para o Sector de Ambiente que se concretizam essa intenções.-----Deste modo, registou a pertinência da Câmara em detalhar mais o documento em análise, do ponto de vistas das

opções políticas, para que possam avaliar de forma global o que se pretende fazer no mandato.-----

Tendo presente o relatório dos ROCs que menciona que “ as deficiências de controlo interno na área de existências não permitem tirar conclusões”, e considerando que existências são as entradas e saídas de armazém, o **Sr. Diogo Guia** manifestou alguma perplexidade e solicitou que o Sr. Vereador esclarecesse este assunto.-----

Reportando-se à intervenção do membro João Pedro Gomes o **membro Jorge Ferreira** salientou que o Turismo se encontra transversalmente distribuído por todo o orçamento, quer seja através dos apoios à Promotorres para a realização do Carnaval, quer em todos os outros eventos que a autarquia realiza ao longo do ano, tais como o Ocean Spirit, Onda de Verão, Feira Rural as Comemorações da Linhas de Torres, que dão notoriedade ao concelho.-----

Tudo isto é turismo pelo que a Bancada do Partido Socialista entende que as verbas para o Turismo no orçamento de 2010 são positivas e significantes.-----

O **Sr. Nelson Aniceto** referiu com agrado um aumento na verba afecta ao Sector da Juventude, na ordem dos 21,03%, importante para apoiar a Feira da Qualificação e Emprego, o Jogo do Município, o Arte Jovem, a Festa da Juventude ou a Onda de Verão, entre outros.-----Mencionou também o aumento da verba afecta ao Sector de Desporto, dando nota de algumas das actividades que apoia, das quais salientou a importância do programa de desenvolvimento da actividade física da 3.ª idade, e que vai de encontro às orientações da União Europeia nesta matéria.-----Realçou o esforço camarário no programa de apoio para instalação dos campos relvados sintéticos, para os quais estão orçamentados €660.000 para 2010, como forma de incentivar propiciar o desenvolvimento desportivo.-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** afirmou que a bancada socialista concorda com as prioridades estabelecidas para 2010 pelo Executivo e teceu algumas considerações em relação às intervenções proferidas pelos membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, as quais considerou de avulsas tendo apontado toda a espécie de insuficiências às Grandes Opções do Plano e Orçamento em apreço.-----

-Nesta sequência manifestou a esperança de o Partido Social Democrata dizer o que faria se estivesse à frente da autarquia, ou que em próximas oportunidades apresente alternativas.-----

Em resposta a esta intervenção o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o colega não deve impor aos outros os “timings” nos processos que eles queiram fazer de forma diferente.-----

Assim, lamentou que ele não o tenha ouvido dizer que nada tem a opor a investimento nem a endividamento, desde que seja para concretizar as promessas do partido que ganhou, em tempo útil, sem serem

proteladas.-----Em
relação às fontes de financiamento referiu que o edil só vê o QREN, pensa cada coisa de sua vez e não tem uma visão global. Os outros municípios em termos de captação de recursos usam 3 vias: QREN, endividamento e as parcerias público privadas, sendo que Torres Vedras ainda não conseguiu obter nenhuma, apesar do Presidente da Câmara já ter dito que tem tido muitos interessados a bater à porta.-----A **Sra. Rita Sammer** explicou que não é entendimento da bancada do PSD que seja a altura apropriada para apresentar propostas.-----Disse que discussão em curso é para fazer o que a sua bancada fez, ou seja realçar que, pese embora a preocupação do executivo socialista de apresentar um orçamento com um determinado fio condutor, aquilo que surge nas Grandes Opções do Plano não é isso.-----Assim lembrou que o desporto surge com €15.000.000, a educação com €9.000.000, a acção social com €900.000 e portanto não é pela análise do documento que se percebe o discurso da Câmara Municipal.-----Reforçou que há uma incoerência entre o registo e o discurso, daí o pedido do Partido Social Democrata para que no futuro, este documento que é claramente um documento político possa vir acompanhado de um texto, que lhes permita perceber a questão das prioridades.-----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes**, que começou por agradecer as intervenções dos membros Graça Silva, José Augusto de Carvalho, Jorge Ferreira e Nelson Aniceto.-----Embora não seja ano eleitoral salientou que irão inaugurar os Centros Educativos de Monte Redondo, Runa, Santa Cruz, Dois Portos e na Padre Francisco Soares, todos comparticipados pelo QREN, assim como o da Orjariça que será financiado pela Câmara.-----Indicou que este é o modelo deste Executivo e é o caminho que querem seguir, reafirmando que a Educação é prioridade, a par da Administração, Ambiente, Urbanismo, Mobilidade, Apoio Social, Desporto, Juventude e Cultura, e que são as linhas orientadoras com que o PS foi sufragado.-----Ainda sobre a Educação assinalou que a seguir querem fazer os Centros Educativos da Ventosa, que já tem o concurso a decorrer, Campelos, Ponte do Rol, S. Pedro da Cadeira, Freiria, Turcifal Ramalhal, Maxial, A-dos-Cunhados, Casalinhos, Sarge, novo EBJI de Torres Vedras e Silveira, que é o único sem terreno adquirido.-----Quanto às variantes, referenciou a de Figueiredo, Palhagueiras, o estudo prévio da 3.ª fase da Variante Poente e o projecto concluído da Variante de A-dos-Cunhados.-----No que às piscinas diz respeito, explicou que adquiriram os terrenos, estão a elaborar projecto e segue-se o

concurso. Quanto ao Centro de Artes do Carnaval indicou que também é um processo evolutivo e há-de ter o seu desfecho.-----

Relativamente ao modelo de gestão do parque educativo, deu nota que é estratégia do município aproveitar as verbas do QREN, através de candidaturas, as quais não são fáceis de obter, aproveitando para enaltecendo os funcionários do município que têm a seu cargo esta tarefa.-----

-----Aproveitou também para solicitar que não voltassem a falar de contentores, pois foram soluções encontradas com algum equilíbrio e vissem o futuro de uma forma diferente, com propostas mais pró-activas para a sociedade local.-----

No que se refere à cultura referenciou o Serviço Educativo prestado nos Paços do Concelho, assim como o apoio às Bandas e Ranchos na área da formação.-----

Quanto às questões pedonais, salientou o programa Torres ao Centro que vai requalificar todo o Centro Histórico, e que vai pedonizar algumas áreas e dar o espaço público ao peão, que é também para este Executivo uma prioridade.-----

No que diz respeito à mobilidade e estacionamento, deu nota que Torres Vedras faz parte da rede da mobilidade eléctrica, conjuntamente com 25 municípios.-----

De seguida deu a palavra ao **Vereador Sérgio Galvão** para completar os esclarecimentos:-----

Em relação à inventariação dos bens, o Vereador esclareceu que a Câmara tem o seu inventário de património completamente feito. O que está em causa são os bens de domínio público: jardins, passeios, estradas etc.-----

Mais esclareceu que de momento todos os bens que são requalificados são logo contabilizados, mas há uma imensidão de bens em falta, estimando-se que este processo esteja regularizado em 2010/2013, se tudo correr normalmente mas é um trabalho que demora anos a fazer.-----

Em resposta ao membro Diogo Guio informou que não está em causa o armazém saber o que diariamente tem mas a ver com o inventário permanente e a sua informatização, a qual não tem compatibilidade com a contabilidade, que é necessário ter em termos de POCAL.-----

Abordando a intervenção do membro Luís Carlos Lopes quanto às alusões de ser ou não ser ano eleitoral, afirmou que nunca elaborou um orçamento a pensar nas eleições e que a Câmara não prevê um aumento de IMI de 4%, dado que são receitas cuja média é de 24 meses. -----

Quanto ao dizer que não é contra o endividamento, apelou a algum cuidado porque depois apresentam propostas que reduzem a receita e querem que se faça obra.-----

Lembrou que desde que está na Câmara nunca houve aumento de taxas. Antes pelo contrário houve a sua redução. Entende que têm que ser coerentes com estas reduções, e procurar equilíbrio senão qualquer dia não têm, nem capacidade de endividamento nem dinheiro para fazer o que lhes é

exigido.-----
----No que toca às rubricas abertas com pouco verba confirmou que se pode fazer revisões do orçamento em qualquer altura, mas por razões processuais e temporais, uma vez que a Assembleia Municipal reúne por lei 5 vezes ano, no tempo que medeia a sua realizações podem-se perder oportunidades só porque a rubrica não estava aberta. Também não lhe parece coerente fazer uma Assembleia Municipal extraordinária só para esse efeito.-----Em relação às verbas do Polis orçamentadas para 2010, fez notar que nunca seriam colocadas em orçamento, se não tivessem dados para isso. O PIDAC ainda não está aprovado, mas existe uma adenda que foi publicada em Diário da República, segundo a qual transfere 2 tranches em 2010, e na qual acreditam.-----

Registou com agrado as opiniões do membro Nozes Pires.-----
No que se refere à intervenção do autarca Pedro Vasa, assinalou que o aumento de 12% de verbas para as juntas de freguesia não é ilusório, consta no orçamento. Só é ilusória no sentido de que, no fim do ano transferem sempre mais do que o orçamentado.-----
Sobre o apelo de incentivos à agricultura, observou a autarquia não tem competências nesta área e trata-se de um problema que se arrasta pelo país inteiro, que não é fácil de solucionar.-----Por último, endereçando a questão das verbas atribuídas no desporto e educação, colocada pela Sra. Rita Sammer esclareceu que a verba prevista para o Desporto é de €1.406.953 para a Educação de €6.508 845, pelo que não vê incoerência naquilo que está no Plano.-----

----Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* submeteu à votação o ponto em discussão.-----
A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria com 30 votos a favor, 10 votos contra e 3 abstenções as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2010, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----
PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPEZA, E MAPA DE PESSOAL, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

Presente ofício número 20326, da Câmara Municipal, de 10 de Dezembro, a remeter o assunto em título, para agendamento.-----

-----Foi dada a palavra ao Administrador dos SMAS **Sr. Sérgio Simões**, que começou por dar nota do aumento de 2% da despesa corrente, sendo o mais significativo nas prestações sociais da Segurança Social e várias aquisições de serviços onde se incluem os contratos com a Águas do Oeste.-----

-----No que se refere ao PPI referenciou a conclusão da obra da Ventosa e o início das obras da Carvoeira, Dois Portos e Carmões.-----Deu nota que uma das prioridades são as ligações de saneamento à Águas do Oeste, que têm a seu cargo a construção de ETARS e estações elevatórias. Apesar de terem o saneamento feito, não podem fazer as ligações, porque a Águas do Oeste tem registado algum atraso com a calendarização.-----

-----Salientou que em 2010 há mais de 17% de habitantes do concelho em condições de debitar em ETAR e se todos os sistemas estiverem prontos pela Águas do Oeste, haverá 90% da população com tratamento de águas residuais.-----

-----Relativamente ao Mapa de Pessoal referiu que desde 2006 que têm vindo a reduzir o número de funcionários, mas chegou a altura que necessitam de contratar algum pessoal.-----Dirigindo-se ao interlocutor anterior tomou a palavra o **Sr. Diogo Guia**, o qual começou por lembrar a questão da necessidade de baixar o preço da água que colocou ao edil na sessão de Novembro.-----

-----Quanto à Águas do Oeste, deu nota que enquanto morador da Carvoeira teve que custear uma fossa temporária, tendo agora percebido a razão com explicação do Sr. Administrador, ou seja a empresa não resolve os problemas. Lembrou também que na anterior sessão questionou qual era o estado do contrato de concessão com esta empresa.-----

-----Considera que a questão do preço da água extremamente importante, e tendo sido abordado por algumas pessoas com dificuldades de pagar as contas, indagou sobre o pagamento de multas, assim como se há alguma estratégia de dar em 2010 uma resposta a esta situação social.-----Inquiriu também sobre a possibilidade de pagar fraccionadamente as contas em atraso e se é possível utilizar como último recurso o corte de água como já aconteceu na cidade e no concelho.-----Entende que se deve dar prioridade máxima a este assunto, manifestando alguma apreensão por se falar em campos relvados enquanto existirem pessoas em risco de verem a água cortada por não conseguirem pagar.-----

-----Por último, e aludindo à atribuição ao Administrador vencimento de vereador a tempo inteiro lembrou ser fundamental saber se ele neste mandato vai ter como objectivo uma maior rentabilização e

melhor eficiência no plano social, e porque pagam uma das águas mais caras do país solicitou que erigisse como prioridade máxima absoluta conter os aumentos onde seja possível.-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte de Rol, **Sr. Pedro Vasa**, inquiriu se há alguma previsão temporal para executar as ligações de saneamento ao novo colector, visto que o mesmo não se encontra

ligado.-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que o mapa de pessoal lhe suscitou algumas dúvidas. O Grupo Municipal do Partido Social Democrata é favorável à manutenção da esfera pública dos SMAS, mas sabem que se trata de um quadro envelhecido, com pouco tempo de descontos e fracas habilitações escolares.-----

----Assim manifestou dúvidas que não possa haver sinergias entre a Câmara Municipal e esta entidade, para esse efeito.-----Questionou a razão do saneamento de Vale da Borra e Vale da Azenha passar no PPI de 2010 para 2011, uma vez que são locais às portas da cidade.-----

----O **Sr. Jorge Ferreira** começou por lembrar que na sua intervenção do ponto 1 no que toca aos SMAS referenciou a tarifa social que os SMAS adoptaram após a recomendação, e que vai englobar as tarifas especiais que já vigoravam no município de Torres Vedras. Deu nota que esta tarifa social irá desonerar em média 54% o custo da água, deixando de impor as tarifas fixas quer de água quer de saneamento.-----

-Entende que estão a menosprezar o papel em termos de política social que os SMAS têm vindo a desempenhar, o que considera um erro e carece deste esclarecimento.-----Quando ao orçamento em discussão, aprez-lhe registar que o mesmo permite garantir que o município de Torres Vedras, quer na água quer no saneamento, e atendendo a uma eficácia e racionalização de recursos, continue não só a atingir como a antecipar metas, e que o coloca no bom caminho, o que é de enaltecer.-----Quando ao

Quadro de Pessoal assinalou que o mesmo tem vindo a sofrer, face às exigências acrescidas de qualificações que as sociedades contemporâneas implicam, uma reconfiguração interna. No entanto fez notar que não deixa de sofrer uma redução substancial desde 2006 com uma política sustentada e coerente que tem vindo a ser adoptada pela actual administração.-----Terminadas

todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes** para responder a algumas questões:-----

Relativamente ao Quadro de Pessoal informou que é necessário colmatar algumas áreas, que estão

deficitárias assim como lugares de técnicos superiores que vagaram e que são importantes para o funcionamento dos SMAS. Lembrou que é necessário fazer a manutenção de mais de 1800 km de condutas e há muito trabalho para executar.-----

No tocante às sinergias, esclareceu que uma das preocupações para este mandato é criar um armazém comum, para o qual vão fazer um esforço significativo.-----De seguida deu a palavra ao Administrador dos SMAS, **Sr. Sérgio Simões** para mais alguns esclarecimentos.-----

----No que se refere à questão colocada pelo autarca da Ponte do Rol, esclareceu que está previsto para o 1.º semestre do presente ano.-----

Quando ao Vale da Azenha, informou que estava programado o início para os últimos meses do corrente ano, a adjudicação já está feita e a obra será iniciada em 2010. O Vale da Borra será também em 2010, dado que os recursos não o permitiram e tiveram que optar por outras prioridades.-----

----Abordando a intervenção do membro Diogo Guia, quanto ao contrato de concessão com a Água do Oeste, deu nota que a empresa tem um plano de investimentos que está a cumprir, mas por vezes as obras estão paradas. Mensalmente têm reuniões nas quais pressionam no sentido de acelerar os procedimentos.-----

----Relativamente ao preço da água, começou por informar que os municípios do Oeste que recebem integralmente a água da Águas do Oeste, todos têm em média entre 15% a 24% o preço mais caro do que o município de Torres Vedras.-----

No que respeita aos pagamentos em atraso esclareceu que em 2008 tinham cerca de €80.000 em dívida de consumidor que em 2009 reduziram para €50.000.-----

Quando ao pagamento em prestações deu nota que há muito que as fazem até um ano, e fazem cortes de água, mas muitas das vezes, atendendo à situação das pessoas, não lhes cobram juros de mora nem o montante respeitante ao restabelecimentos das ligações.-----

Deu nota ainda que, há uns anos a esta parte que os SMAS entendem que devem ter outro tipo de preocupações, para além de apenas estender condutas de saneamento, pelo que estabeleceram algumas tarifas especiais que actualmente abrangem 600 famílias.-----

Mais deu nota que a tarifa social agora implementada vai beneficiar todos os agregados que têm um rendimento bruto englobável até €9.450, que se traduz numa redução acentuada e vai abranger muitas pessoas.-----

Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Diogo Guia** dizendo que a explicação não foi suficientemente esclarecedora e o seu Grupo Municipal vai procurar mais

explicações.-----Contudo agradeceu a explanação que achou completa, sobretudo devido à contingência do tempo disponível para o efeito, da qual tomaram a devida nota e irão manter a vigilância constante sobre este assunto.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação do ponto:-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria com 34 votos a favor, 9 contra e 1 abstenção os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 5 - CONHECER E TOMAR POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO N.º 1029/2009 – CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício n.º 18974, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de Novembro último, a remeter o relatório em epígrafe.-----

-----Foi dada a palavra ao *Vereador Sr. Sérgio Galvão*, que quanto à venda de bens de investimento e sobreavaliação do orçamento, esclareceu que este valor permite-lhes lançar uma série de projectos, que não têm início na mesma altura e assim gerir o orçamento. Os bens que constam no orçamento não são inventados, e estão devidamente inventariados e avaliados e o ROC têm razão, porque se não os vendem têm uma fraca execução nas receitas de capital o que provoca desequilíbrios-----Informou que de facto não cumpriram a redução do prazo de pagamento a fornecedores de acordo com o Programa a Tempo e Horas, à qual não será alheia a situação financeira a nível nacional e internacional, e que o mesmo serviu para liquidar algumas facturas cobrindo o decréscimo da receita.-----

Reconheceu que a Norma de Controlo Interno não se encontra actualizada, pois não prevê algumas das alterações legais introduzidas a partir de 2002, o que irão fazer o mais rápido possível.-----Por último destacou que o relatório refere que cumpriram o limite legal de endividamento em 2007 e 2008 assim como o limite legal de empréstimos médio longo prazo. Ainda que a situação financeira do município não reúne qualquer dos pressupostos legais que justifiquem o recurso ao procedimento do saneamento ou reequilíbrio financeiro.-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por aludir à falta de receita, mencionada pelo Vereador Sérgio Galvão para referenciar que grande parte provém das taxas de urbanização, as quais o PSD já por várias vezes

denunciou como inibitórias para que os empreendedores avancem com alguns investimentos. Foi dito que é por causa da crise mas é também porque as taxas são de elevado valor. ----Mencionou que o Programa a Tempo e Horas serviu para compensar esta situação e minimizar algumas dificuldades de tesouraria.-----Face às conclusões sobre a observância do limite legal do endividamento mostrou-se mais uma vez defensor de endividamento que ocorra perante um conjunto de intervenções que sejam necessárias. Entende que o Executivo devia ser mais ousado, usar este mecanismo financeiro dispondo de mais verbas, podendo assim fazer obras mais depressa e cobrir as necessidades do território de forma mais homogénea.-----Anotou que o relatório refere a saúde financeira da Câmara, que por um lado é confortável a ele não agrada, porque o que querem é obra.-----Concluiu que há muito tempo que defende endividamento, QREN e parcerias público privadas, com as quais o município pode “jogar” e se calhar conseguiriam ter mais realizações daquilo que necessitam e pretendem para o concelho de Torres Vedras.-----Em resposta à intervenção anterior no que se refere à baixa de taxas, a **Sra. Ana Elisa** alertou que a redução de taxa do IMI proposta pelo Partido Social Democrata, vai fazer com que o limite de endividamento municipal também desça.-----Congratulou o Executivo por ter conseguido manter o endividamento municipal dentro dos limites legais exigíveis, tendo em consideração os avultados investimentos em obras e infra-estruturas que a Câmara Municipal tem realizado ao longo destes últimos mandatos.-----Realçou que resulta do relatório que o Município não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural ou estrutural e que a gestão financeira foi autónoma, com o cumprimento das suas obrigações.-----

Dos reparos da conclusão do relatório, destacou a falta de inventariação do imobilizado do domínio publico, e concordam com a metodologia adoptada de se ir eventualmente inventariando à medida que as intervenções públicas vão sendo realizadas.-----

Outro reparo é a dívida comercial de curto prazo a fornecedores, onde se registou um pequeno desacerto com o pagamento 98 dias em 2007 e 116 em 2008, e a bancada do Partido Socialista não considera desproporcional que o Executivo camarário utilize este procedimento em caso de necessidade de gestão de tesouraria, já que se tornou quase um uso comercial.-----Anotou o elogio em absoluto à adequada provisão orçamental, bem como a elevada taxa de execução das receitas orçamentais e designadamente as receitas correntes. Quanto às receitas de capital é sugerido maior rigor nas receitas provenientes de bens de investimento.-----Disse que não tem sido necessário alienar qualquer património

e por isso não vêm nada negativo.-----

-----Daqui resulta que as obras e infra-estruturas e a concretização dos projectos constantes no programa eleitoral do PS, ao longo destes mandatos, tem vindo a ser cumpridos, de forma a proporcionar uma melhoria na qualidade de vida de todos os torrienses, isto sem hipotecar o futuro, das gerações vindouras.

-----Nesta sequência disse iriam apresentar uma moção à mesa, que crêem só poderá ser votada por consenso pela Assembleia Municipal.-----

Pediu novamente o uso da palavra o membro **Luís Carlos Lopes** para alertar que a Câmara Municipal entrou no programa Pagar a tempo e Horas que pressupunha pagar em número determinado de dias. A justificação de ser “moda” não é aceitável, e há que admitir as dificuldades.-----Disse também que gostaria de ser esclarecido de como é que se define o endividamento municipal.-----

-----O **Sr. Hugo Lucas** interveio no sentido de abordar a questão das taxas de urbanização serem muito elevadas no concelho para dar nota que não é a sua descida que vai fazer com que ocorra maior emissão de alvarás na Câmara Municipal.-----

Saudou a Câmara por nunca ter optado por parcerias público privadas, do tipo das que o Município de Mafra se envolveu, que são ruinosas para os municípios e concorda com a politica escolhida em termos de bens de investimento, que permite abrir novas rubricas e aproveitar oportunidades quando estas surgem.-----

-----De seguida o presidente da Mesa **Sr. Alberto Avelino** leu uma proposta entregue à mesa pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, e que a seguir se transcreve:-----“Nos termos do número 1, alínea i) do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, é competência do Órgão Deliberativo do Município “conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços do município.”-----A

Inspeção Geral de Finanças, entre Fevereiro e Junho de 2009, realizou uma auditoria financeira ao Município de Torres Vedras cujo relatório – n.º 1029/2009 – é presente à Assembleia Municipal na actual sessão, para os referidos efeitos legais.-----

Tendo tomado conhecimento do respectivo teor e, em especial, das “conclusões e recomendações propõe-se que a Assembleia Municipal de Torres Vedras sugira ao Executivo Municipal o estrito cumprimento do que é recomendado.-----Propõe-se, em complemento,

que a Assembleia Municipal anote a observância – aliás, do seu conhecimento, mas confirmada através da dita auditoria dos limites legais dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como do endividamento líquido total municipal.-----Torres Vedras, 21 de Dezembro de 2009.”-----O Membro **Luís Carlos Lopes**, manifestou algumas dúvidas quanto ao texto, uma vez que omite a recomendação do IFG quanto ao Programa a Tempo e Horas.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** esclareceu que estava implícito no texto, no entanto podiam retirar a palavra “nomeadamente”.-----A **Sra. Rita Sammer** questionou o presidente da Assembleia no sentido de saber o que entende por “tomar posição” e o que pretende que a Assembleia Municipal faça.-----Não discorda com o teor da proposta mas considera redundante propor à Câmara municipal que cumpra a lei.-----O

Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que a proposta contém uma tomada de posição da Assembleia Municipal, e submeteu à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada com 31 votos a favor, e 12 abstenções.-----**Declaração**

de	voto	do	Partido	Social
Democrata: -----“Abstivemo-nos, não temos nada contra, mas porque achamos que é redundante e se calhar ostensivo estar a impor à Câmara Municipal que cumpre uma recomendação da IGF.”----- Declaração de voto do Partido Socialista: -----“Votamos a favor, porque a lei impõe a este órgão colectivo que tome posição, e só pode tomar posição votando, não há outra forma. Quaisquer outras formas são sinónimo de posições individualizadas pelos seus membros e não da Assembleia Municipal no seu todo.-----Este órgão, como Órgão Deliberativo, de acompanhamento e fiscalização do Executivo, tem todo o direito de fazer recomendações e sugestões ao Executivo, e neste entendimento, fez uma sugestão, e era forçoso que o fizesse ou então que manifestasse discordância, isto é que se definisse, que tomasse posição e o tomar posição, pois encontrou-se esta formula, poder-se-ia ter encontrado outra.”-----				

-----Declaração	de	voto	da	Coligação	Democrática
Unitária: -----“Escolhemos a abstenção precisamente porque ninguém nos pode obrigar a tomar uma posição, nem a coisa nenhuma nesta Assembleia Municipal, autónoma, independente e democrática.”-----O membro Marco Claudino acrescentou que a lei indica conhecer e tomar posição sobre o relatório, e o que votaram foi uma proposta com uma recomendação à CM, tendo como substrato o relatório. Indicou que uma tomada de posição é dizer “concordo”, “discordo” ou sou indiferente.-----					

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 6 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 17 de Dezembro é €5.460.018,62 e o saldo de tesouraria €3.336.096,02.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA;-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO;-----

-----Pelas 01.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
